

DoCentes ENTREVISTA



Professor
**Wanderson Flor
do Nascimento**

Apresentação

Mesmo que a comunidade de professores(as) e pesquisadores(as) em educação do Brasil, em suas mais diversas formas de ser, entendam e defendam a Filosofia como um saber fundamental para o pleno desenvolvimento dos cidadãos, aqueles que a ensinam ainda são impelidos a justificar e lutar pela sua presença nos diversos níveis educacionais. Ao mesmo tempo, novas demandas pedagógicas e de ensino, assim como políticas, surgem para os professores(as) de Filosofia, levando-os a se modificarem e lidarem de forma outra com o presente. A revista DoCentes, nesta edição de março de 2023, entrevistou especialistas brasileiros reconhecidos na área a fim de pensar as diversas nuances que, na atualidade, constituem o ensino desse saber. Abordando temas como racismo, livro didático, argumentação lógica, pesquisa, criticidade e políticas públicas educacionais como a BNCC e a Reforma do Ensino Médio (lei 13.415/2017), entre outros, as entrevistas presentes neste dossiê sobre Ensino de Filosofia possibilitam aos leitores uma problematização atualizada sobre a prática docente e pesquisa em torno de um componente curricular que, mesmo velho, com seus mais de 2500 anos de história, é fundamental para a formação integral dos cidadãos brasileiros, especialmente os jovens cearenses.

Graduado em Filosofia, especialista sobre o ensino de Filosofia, mestre em Filosofia e doutor em Bioética pela Universidade de Brasília (UnB). É professor do Departamento de Filosofia da UnB, do Programa de Pós-graduação em Bioética (FS-UnB), do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania (CEAM/UnB), do Programa de Pós-Graduação em Metafísica (IH/UnB). É também colaborador dos programas de Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto ao Povos e Terras Tradicionais (MESPT/UnB) e Mestrado Profissional em Filosofia (PROFFILO - Associada UFT). Colíder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Raça, Gênero e Sexualidades Audre Lorde - GEPERGES Audre Lorde (UFRPE/UnB-CNPq). Membro do Núcleo de Estudos sobre Filosofias Africanas "Exu do Absurdo" (NEFA/UnB) e do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB/CEAM/UnB). Suas pesquisas se estruturam em torno dos processos de subjetivação - em suas dimensões ontológicas, éticas e políticas. Além das categorias criadas no âmbito das filosofias africanas e dos estudos antirracistas sobre as relações raciais, utiliza o aporte das teorias de gênero, dos feminismos, da psicanálise e do instrumental analítico produzido por Michel Foucault. Investiga, ainda, saúde da população negra, diversidades de gênero e de orientação sexual, direitos humanos, estudos sobre a colonialidade e suas repercussões na educação e na Bioética.

1. E-mail: wandersonn@gmail.com

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8919296655781448>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3250-3476>

DoCentes: Professor Wanderson, sua pesquisa e prática em torno do Ensino de Filosofia é longa, fecunda e importante para pensarmos sobre nosso trabalho docente, especialmente em torno das questões étnicas e raciais. Quando se pensa sobre a necessidade de se colocar em pauta os estudos de questões raciais e étnicas, quais os maiores desafios para os professores da educação básica e para a gestão dos cursos superiores de licenciatura em Filosofia?

Wanderson Flor do Nascimento: Os desafios mais importantes que se colocam para o trabalho com os conteúdos que envolvam questões raciais e étnicas derivam do motivo pelo qual essas questões são demandadas pelos movimentos sociais negros e indígenas em nosso país: o racismo. A educação das relações étnico-raciais e do estudo da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena têm sido demandadas pelos movimentos sociais negros e indígenas há muitas décadas, exatamente para que sejam modificadas as representações racistas de pessoas negras e indígenas que foram produzidas na história colonial de nosso país.

Isso significa dizer que o racismo é o ponto de partida e o obstáculo para o trabalho com essas demandas. Se espraia e cria dificuldades complexas em diversos níveis, seja para docentes já em atuação na educação básica, seja para a formação superior.

No campo específico da educação básica, temos tanto o problema de materiais didáticos, quanto da formação continuada, que seguem sub-representando e ocultando a participação das pessoas negras e

indígenas na história e cultura brasileiras. Embora o artigo 26-A da LDB, inserido pela lei 10.639/2003 e modificado pela lei 11.645/2008, determine mudanças significativas, esse foi um artigo que "não pegou" na maior parte das escolas. Muitas vezes sendo trabalhado na forma de datas comemorativas, com exotismos e excepcionalidades, os conteúdos dos quais tratam essa lei acabam reproduzindo, não raramente, o mesmo cenário de invisibilização e estereotipia que buscamos combater com a lei.

A falta de compreensão de que esta lei não está interessada em apenas aumentar a erudição do currículo prejudica enormemente sua efetiva implementação. A função primordial do artigo 26-A é exatamente fazer com que as populações negras e indígenas no país sejam representadas em sua complexidade, com as muitas participações fundamentais na construção do Brasil e, isso, com o objetivo de combater a representação das pessoas negras como sinônimo de escravas, que só haveriam contribuído com a força de trabalho e das pessoas indígenas contribuído com uma certa vinculação do território com um espaço do passado, o que faz com que elas sejam entendidas como um "entrave" ao desenvolvimento nacional, seja por sua "preguiça", seja por sua situação "primitiva". Essas imagens, totalmente constituídas pelo racismo colonial moderno, precisam ser desconstruídas para que um projeto de sociedade plural, menos opressivo possa ser posto em prática. Portanto, o objetivo central dessa lei é político. E, como qualquer processo político, sem um engajamento social, sem recursos financeiros, sem formação, sem vontade institucional, dificilmente

consegue se firmar. Os poucos casos em que vimos algum avanço na implementação do debate sobre relações raciais no âmbito educacional só obtiveram êxito na medida em que se colocou como central a dimensão política do currículo e não uma mera ampliação dos conhecimentos que o currículo possa trazer.

No âmbito da formação docente para o ensino de Filosofia, além de termos alguns destes problemas também presentes do cenário da educação básica, encontramos um profundo vazio no debate sobre a presença de outras abordagens filosóficas, que não as ocidentais, como parte do núcleo curricular da formação em Filosofia, sejam no bacharelado ou na licenciatura. Tampouco se tem dado atenção aos debates que a própria Filosofia moderna ocidental fez sobre raça, relações raciais ou racismo, o que poderia trazer elementos interessantes para a crítica do racismo como parte do pensamento filosófico nacional.

A tese de doutoramento em Filosofia de Helena Theodoro, que versa sobre as implicações morais da noção nagô de pessoa para a cultura brasileira, defendida em 1985 na Universidade Gama Filho foi solenemente ignorada e somente em 2018, outra tese fora defendida em um departamento de Filosofia (UFPR) articulando elementos da Filosofia africana como eixo central do debate do trabalho. Depois desse hiato de mais de trinta anos, algumas outras teses foram defendidas em departamentos de Filosofia, mas nenhuma dessas pessoas que defenderam esses doutorados estão hoje trabalhando em departamentos de Filosofia de nenhuma universidade brasileira, o que contribui para que esses

debates sobre Filosofias não ocidentais continuem sendo tratados muito mais fora da Filosofia do que no interior da formação filosófica institucional. Obviamente, isso impacta a formação inicial docente para a educação básica, inserido o problema em um círculo vicioso.

Tanto no caso da formação na licenciatura, quanto no trabalho da educação básica, a atuação intensa de um racismo epistêmico atravessa a falta de vontade política na consolidação de um espaço no qual a discussão que subsidie o efetivo trabalho com temáticas vinculadas com a discussão racial e com as filosofias africanas e indígenas.

DoCentes: Em que medida a implementação da BNCC e da Lei do Novo Ensino Médio colaboram com o enfrentamento ao racismo e ao preconceito, assim como fazem as leis 10.639 e 11.645? Nesse sentido, como os professores de Filosofia, nos níveis básicos e superiores da educação, podem problematizar e pensar essa nova realidade?

Wanderson Flor do Nascimento: O cenário da reforma do Ensino Médio e da aparição da BNCC complexifica bastante o cenário já complicado para o trabalho de enfrentamento ao racismo e às outras formas de preconceito que nos cercam. Havia um debate em curso tanto sobre a necessária reforma do ensino médio como da formulação de uma base comum, que vinha acontecendo bastante tempo antes de 2017, quando da reforma do Ensino Médio. O atropelo antidemocrático que deu forma à lei 13.415/2017 e à homologação da BNCC para o Ensino Médio, em 2018, ignorou uma parte importantíssima do debate coletivo que ocorrera para a construção de um novo cenário para

essa etapa da educação básica. As várias consultas públicas, conferências, audiências nas quais profissionais da educação, instituições de pesquisa e entidades representativas de estudantes e docentes se manifestaram sobre os rumos do Ensino Médio foram quando não totalmente ignoradas, tiveram suas sugestões minimizadas. Esse cenário pós-golpe, trouxe uma série complexa de necessidades para o debate sobre a educação e isso, em cenários já historicamente construídos sob o manto do racismo, tende a secundarizar as pautas antirracistas. A tônica neoliberal e meritocrática que foi imprimida na lei de 2017 e na BNCC, a alucinada obsessão pelos mecanismos avaliativos internacionais, além da suspeita intrusão de organismos privados de finalidade econômica no debate, trouxeram barreiras importantes para uma proposta de educação mais democrática, inclusiva, antirracista e plural. Embora a BNCC deixe espaço para os conteúdos do artigo 26-A da LDB, a tônica centrada nas competências e habilidades, que não mobilizam elementos equitativos comprometidos com o enfrentamento ao racismo, sexismo, classismo etc., finda por fazer com que a presença ou ausência do trabalho com as temáticas étnicas e raciais seja completamente indiferente ou acessória.

O contexto autoritário da construção do novo Ensino Médio e sua matriz curricular demanda que agora uma discussão precise ser feita de maneira efetivamente coletiva e democrática para que possamos reabrir as possibilidades concretas de enfrentamentos às formas de estruturação das desigualdades no Brasil. Se o racismo não fosse uma matriz estruturante da sociedade

brasileira, quem sabe poderíamos supor que os debates antirracistas fossem parte necessária de um debate por uma educação mais democrática. Mas, definitivamente, essa não é a realidade que temos. Diante de qualquer outro problema, parece que o racismo se transforma em um problema menor, que devemos deixar para depois, quando o problema "atual" tiver sido resolvido. E, assim, mais uma vez, a questão racial no contexto educacional torna-se secundarizada.

Talvez um de nossos principais desafios, nesse cenário do debate sobre as reformas do Ensino Médio, seja exatamente saber que temos que enfrentar os ataques antidemocráticos em conjunto com a persistente presença do racismo, que finda por fortalecer as forças que recusam o fortalecimento da democracia. Não é sem mais que os movimentos negros de vários lugares do mundo têm forjado, como palavra de ordem, a expressão não há democracia com racismo.

DoCentes: Muitos desafios são colocados para os professores de Filosofia em todo o Brasil como, por exemplo, o livro didático como recurso didático nos processos de ensino e aprendizagem. Em decorrência das mudanças propostas pela BNCC e pela lei 13.415 (Lei do Novo Ensino Médio), é possível tecer alguma crítica ao modo de produção dos livros do PNLD (Programa Nacional do Livro e do Material Didático) através de áreas de conhecimento? Como o s e n h o r p e n s a estar/ficar/sobreviver a Filosofia nessa nova lógica interdisciplinar instaurada pelas políticas públicas nacionais de educação nos últimos anos?

Wanderson Flor do Nascimento: Essa abordagem curricular do conhecimento por áreas não é nova. Ao menos desde os debates provocados pela importação do modelo de Barcelona, já debatido quando da construção da LDB dos anos de 1990, essa proposta era aventada. Assim como a necessidade da interdisciplinaridade. Em minha interpretação o problema está muito mais no como esse debate tem acontecido e como ele chega nos currículos e livros didáticos.

O edital do último PNLD exigiu que os novos livros seguissem tanto a lógica do novo Ensino Médio quanto da BNCC de 2018. Como já notamos, o debate que acontecia para a construção da Base foi quase todo ignorado na versão homologada pelo Ministério da Educação. E, com isso, também não houve um debate sério sobre como essas áreas funcionariam e de que modo a identidade de cada componente curricular seria mobilizada no interior das áreas, sobretudo no caso das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, onde está "hospedada" a Filosofia no currículo do Ensino Médio.

Nos livros aprovados no último PNLD a Filosofia viu-se reduzida a uma superficial abordagem de algumas questões epistemológicas e uma suspeitíssima abordagem política, típicas de uma ausência do que seria o próprio da tarefa filosófica no currículo.

Se por um lado esse fenômeno está fortalecido nesses livros, perdemos uma excelente oportunidade de fazer com que a história da Filosofia, por fim, fosse situada no contexto do presente educativo de jovens estudantes do ensino médio. A

ausência de pessoas com formação em Filosofia na autoria de diversas das coleções aprovadas impacta em qualquer proposta de interdisciplinaridade que valorize, efetivamente, a pluralidade de posições na construção de uma área geral de conhecimento.

Sabemos que, historicamente, a Filosofia tem uma vocação interdisciplinar, tendo estabelecido diversas relações com as ciências, com a cultura popular, com as artes, com a religião, com o direito etc., tendo não apenas partilhado "objetos" com essas ciências e campos do conhecimento e da cultura, como também fornecendo bases teóricas e recebendo críticas desses campos. Mas para que isso seja produtivamente transportado para os currículos do Ensino Médio, um debate sério sobre a função dos conteúdos de cada componente curricular na relação com as competências e habilidades das áreas é fundamental. E isso é algo que impacta o modo como os livros reverberam essa arbitrariedade que levou à versão oficial da BNCC que é, agora, exigida no PNLD. Tenho a esperança de que este novo cenário político que se anuncia – inclusive com a presença de várias associações de pesquisa, incluindo a ANPOF, problematizando a maneira como o debate sobre o novo Ensino Médio impactou, via BNC para a formação docente – possa ventilar esse debate e fazer com que possamos refazer essa reforma de maneira, efetivamente, produtiva para um novo Ensino Médio, que seguramente será diferente deste que foi imposto em 2017, prevendo lugares diferentes para a presença da Filosofia.

DoCentes: Em 2020, o senhor lançou seu novo livro intitulado *Entre apostas e heranças: Contornos*

africanos e afro-brasileiros na educação e no ensino de filosofia no Brasil. Em que medida essa obra pode contribuir com a prática dos professores de Filosofia no Brasil e com as pesquisas sobre essa temática?

Wanderson Flor do Nascimento:

Esse livro é resultado de minhas pesquisas sobre as relações entre o ensino de Filosofia e a necessidade de inserção dos conteúdos determinados pelo artigo 26-A da LDB, sobretudo os determinados pela lei 10.639/2003. Penso que ele pode ser útil na medida em que coloca em questão os modos como pensar os saberes e pensares africanos e afro-brasileiros podem ser trazidos de maneiras bastante potentes para discutirmos as próprias funções da Filosofia nos currículos da educação básica.

Os debates sobre as Filosofias africanas estão presentes, ao contrário do que acontece no Brasil, em muitos departamentos de Filosofia em diversos países da Europa e Estados Unidos, sem que isso tenha promovido qualquer desprezo pelo pensamento ocidental, como algumas pessoas parecem suspeitar por aqui: como se estudar uma matriz filosófica não ocidental colocasse em risco a existência de uma Filosofia ocidental nos currículos filosóficos. Aqui no Brasil, além de podermos aprender com essas experiências – uma vez que os modelos de nossos cursos de formação em Filosofia são ocidentais – temos uma oportunidade ímpar de nos relacionarmos com a reflexão filosófica africana a partir de nossa própria experiência histórica, enquanto herdeiras de uma forte presença africana e indígena entre nós. São poucos os lugares do mundo fora do continente africano

que pode fazer essa experiência de pensar a Filosofia africana não só como um "objeto" de estudo, mas como reverberando em nossa própria história, já que as pessoas africanas trouxeram para cá seus modos de pensar e seus problemas pensados.

A Filosofia brasileira pode ser bastante fortalecida na medida em que pensarmos uma Filosofia africana para nós. Uma Filosofia brasileira que seja produzida com repertórios conceituais e contextuais afro-brasileiros, afro-indígenas. Com isso, poderíamos ganhar bastante na conformação de uma identidade para a Filosofia produzida em nosso país, caso consigamos nos livrar do racismo epistêmico que ronda os debates sobre a filosofia brasileira.

O livro traz elementos das Filosofias africanas e suas repercussões no Brasil – sobretudo em terreiros e quilombos – para pensar o próprio currículo, a formação, a infância, além de colocar a própria Filosofia em questão, de modo metafilosófico. Com isso, pretende servir de instrumento para o debate na formação docente, alicerçando-se não apenas em conteúdos filosóficos para o currículo, mas em uma Filosofia africana, afro-brasileira, afro-indígena da Educação, que nos permita a olhar tanto o ensino de Filosofia como a educação a partir de nossos próprios e diversos legados históricos, não apenas os ocidentais.

DoCentes: Para finalizar, o senhor gostaria de tecer outras considerações sobre o ensino de Filosofia que não tenhamos questionado, mas que são importantes neste momento de desafios para o ensino de Filosofia

no Ceará e no Brasil?

Wanderson Flor do Nascimento: Queria terminar lembrando de uma das famosas afirmações de Darcy Ribeiro, em um de seus "Textos Insólitos", chamado "Sobre o óbvio", de 1977: nele, o pensador nos diz que a chamada "crise educacional do Brasil da qual tanto se fala, não é uma crise, é um programa. Um programa em curso". Em termos quase premonitórios, Darcy nos avisa que os frutos dessa crise no futuro se apresentariam.

Mais de trinta anos depois, esse aviso se concretiza. Vimos o ataque à escola e a Educação de maneira bastante precisa. E, não sem menos, observamos que a Filosofia e seu ensino estiveram no centro da mira dessas posições reacionárias que findaram por reverberar isso que é a história do Brasil: a história de uma elite que se beneficia de quando tudo dá errado para quem não pertence a essa elite.

O ensino da Filosofia, aliando-se à História, à Geografia e à Sociologia, traz para a Educação aquilo que Darcy notou que a elite mais teme: elementos para que o povo deixe de ser "chucro", como esforçou-se por fazer em toda a história do Brasil e sua Educação sempre pensada para não romper com essa chucridade.

O ensino da Filosofia está sob ataque exatamente por ser uma ferramenta importante para que o povo possa pensar a realidade em que vive... precisamente porque a Filosofia não é apenas um conjunto de conhecimentos herdados da história da Filosofia, mas uma maneira problematizadora de nos relacionarmos com o pensamento e com aquilo que o pensamento pensa. Um povo incapaz de pensar

de modo radical, crítico, insatisfeito, aquilo que vive é o melhor candidato a perpetuar a condição chucra que tanto beneficia as elites de nosso país.

E é nesse momento em que vemos ter sentido o enfraquecimento da Filosofia nesse programa neoliberal que se encampa na educação básica. A Filosofia é uma das mais poderosas práticas capazes de fazer frente a esse propósito de fazer da pessoa um empreendedor de si tão desejado pelas orientações neoliberais, capazes de desmobilizar insurgências coletivas e insistirem numa competitividade e cooperação interessadas em um fortalecimento de um individualismo pouco pensante e crítico.

Mais que nunca, o ensino de Filosofia precisa lutar pelo seu espaço de formação, não apenas para que profissionais não percam campo de trabalho, mas para que a sociedade não se afunde cada vez mais nessa chucridade que, além de nos desempregar, nos condena a sermos palcos de forças de dominação que se beneficiam de nossas mazelas e que precisam reproduzi-las e mantê-las. E, nesse cenário, a aliança entre a universidade e a escola básica é fundamental. Essa é uma luta importantíssima e que precisa de todas as frentes articuladas, cada qual a partir de seu front, mas pensando coletivamente tanto em defesa da Filosofia e seu ensino, como da democratização e desconstrução das matrizes de desigualdade.